



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>
_asplan-sti@tre-se.jus.br (79) 3209-8650

PORTARIA NORMATIVA Nº 144/2025

Aprova a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o biênio 2025-2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28, inciso XXXIV, da Resolução TRE/SE nº 187, de 29 de novembro de 2016 (Regimento Interno do Tribunal),

CONSIDERANDO o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da Agenda 2030 da ONU, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNJ nº 370, de 28 de janeiro de 2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a sintonia, alinhamento de iniciativas, de prioridades e de forma de atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) com o disposto na ENTIC-JUD e no Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe; e

CONSIDERANDO a complexidade inerente aos projetos e soluções de tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que envolvem altos custos de aquisição, desenvolvimento, implantação, manutenção e suporte, sendo imprescindível a existência de um planejamento específico, a fim de reduzir os índices de insucesso, os custos e os riscos relacionados,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria Normativa aprova a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o biênio 2025-2026, na forma de seu anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC)

PUBLIQUE-SE.



Documento assinado eletronicamente por **DIÓGENES BARRETO**, Presidente, em 11/12/2025, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1783879** e o código CRC **23277BFE**.



Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2025-2026



Presidente

Des. Diógenes Barreto

Vice-Presidente Corregedora

Desa. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade

Juiz Federal

Dr. Tiago José Brasileiro Franco

Juizes de Direito

Dra. Brígida Declerc Fink

Dra. Dauquíria de Melo Ferreira

Jurista

Dr. Cristiano César Braga de Aragão Cabral

Procurador(a)

Dra. Martha Carvalho Dias de Figueiredo

Dr. José Rômulo Silva Almeida

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. CONTEXTO INSTITUCIONAL DO TRE-SE.....	4
2.1 Funções e responsabilidades.....	4
2.2 Estrutura Organizacional.....	5
2.3 Missão, Visão e Valores do TRE-SE.....	5
3. CONTEXTO INSTITUCIONAL DA STI.....	5
3.1 Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	6
4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO.....	7
4.1 Missão, Visão e Valores da STI.....	7
4.2 Objetivos Estratégicos de TIC que apoiam a visão da organização.....	7
4.3 Mapa Estratégico de TIC.....	8
4.4 Integração dos Objetivos de TIC com as Estratégias Institucionais e Nacionais.....	9
5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL.....	9
5.1 Expectativas das Partes Interessadas.....	9
5.2 Estrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).....	11
5.3 Quantitativo de Recursos Humanos da STI.....	11
5.4 Identificação de desafios, pontos fortes e pontos fracos.....	12
5.5 Análise de Recursos, Tecnologias e Capacidades Existentes.....	13
6. AVANÇOS E REALIZAÇÕES DE TIC.....	14
6.1 Desempenho no iGovTIC-JUD.....	14
6.2 Deliberações dos comitês relacionados à TIC.....	15
6.3 Iniciativas relevantes.....	17
6.4 Resultados alcançados em 2025.....	18
7. MATERIALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE TIC PARA 2026.....	19
7.1 Planos e processos de TIC mais relevantes.....	19
7.2 Investimentos em tecnologia da informação e comunicação.....	20
7.3 Metas e indicadores de desempenho.....	21
8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS.....	21
ANEXO I.....	23
ANEXO II.....	26
ANEXO III.....	27

1. APRESENTAÇÃO

Em resposta à contínua evolução e às crescentes exigências no campo da Tecnologia da Informação e Comunicação, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) apresenta a atualização do Plano Diretor de TIC (PDTIC) para o biênio 2025-2026.

O PDTIC 2025-2026 foi elaborado com base em uma análise criteriosa dos direcionadores internos e externos que afetam a TIC do Tribunal, sempre considerando as expectativas e necessidades dos principais stakeholders, incluindo a sociedade, os órgãos reguladores, fiscalizadores, e os usuários internos. Este processo se orienta pelos princípios e diretrizes delineados no Planejamento Estratégico Institucional e na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), assegurando o alinhamento da governança e da gestão de TIC aos objetivos e desafios institucionais.

Neste contexto, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) assume papel fundamental na definição dos Objetivos e Metas de TIC, bem como no monitoramento dos indicadores estratégicos, agora com vistas a um novo ciclo de desenvolvimento. Esta edição do PDTIC detalha os desafios identificados e as oportunidades de crescimento, assim como o plano de ações prioritárias para 2026, que se destinam a sustentar o aprimoramento dos serviços e atender às demandas institucionais com maior eficiência.

Juntos, avançamos para um futuro mais conectado e eficiente!

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL DO TRE-SE

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe é uma instituição pública de extrema importância no sistema eleitoral do Brasil. Sua atuação está intrinsecamente ligada à condução dos processos eleitorais, desempenhando um papel fundamental na organização e supervisão das eleições no âmbito regional.

Além disso, contribui para a manutenção da estabilidade política e do regime democrático do país. Seu compromisso com a legalidade e a equidade nas eleições é essencial para a confiança do público nas instituições democráticas.

2.1 Funções e responsabilidades

O TRE de Sergipe é responsável por diversas funções relevantes para o funcionamento do sistema eleitoral, incluindo:

Organização de Eleições: O tribunal é encarregado de planejar e executar todas as fases do processo eleitoral, desde o registro de eleitores até a apuração e proclamação dos resultados eleitorais. Isso inclui a coordenação de eleições municipais e estaduais.

Registro de Eleitores: O TRE supervisiona o registro de eleitores, garantindo que os cidadãos estejam aptos a votar, mantendo um cadastro eleitoral atualizado.

Apoio à Fiscalização Eleitoral: A instituição dá suporte às diversas entidades fiscalizadoras do processo eleitoral, responsáveis por monitorar a conduta de candidatos,

partidos políticos e eleitores, para que sejam investigadas denúncias de irregularidades, com o propósito de assegurar a lisura e a transparência do processo eleitoral.

Julgamento de Processos Eleitorais: O tribunal julga processos relacionados a infrações eleitorais e questões legais decorrentes do processo eleitoral.

Divulgação de Informações Eleitorais: O TRE fornece informações importantes para os eleitores, como locais de votação, candidatos e orientações sobre como votar.

Capacitação de Mesários e Colaboradores: Treina mesários e colaboradores que atuam nos locais de votação para garantir a execução adequada das eleições.

2.2 Estrutura Organizacional

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe é composto por desembargadores, juízes eleitorais, servidores públicos e demais profissionais que contribuem para o funcionamento eficaz da instituição. Sua estrutura organizacional ([organograma](#)) é projetada para atender as complexas demandas das eleições.

2.3 Missão, Visão e Valores do TRE-SE

A instituição tem como **Missão** garantir a legitimidade do processo eleitoral. Sua **Visão** é ser reconhecida pela excelência, credibilidade, eficiência e transparência na prestação dos serviços eleitorais.

Seus **Valores** fundamentais incluem ética, acessibilidade, eficiência, transparência, imparcialidade, comprometimento sócio-ambiental, coerência, celeridade, humanização e inovação.

3. CONTEXTO INSTITUCIONAL DA STI

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) permeia todas as operações e procedimentos do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), desempenhando um papel fundamental na assegurar da transparência, eficiência e confiabilidade do sistema eleitoral.

Neste cenário, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) exerce um papel essencial ao apoiar a condução das eleições e, ao mesmo tempo, desenvolver, manter e aprimorar sistemas, infraestrutura tecnológica e segurança cibernética que atendam as necessidades das Unidades do TRE-SE. Isso é realizado com a adoção de melhores práticas de gestão, garantindo a eficácia e eficiência de suas operações.

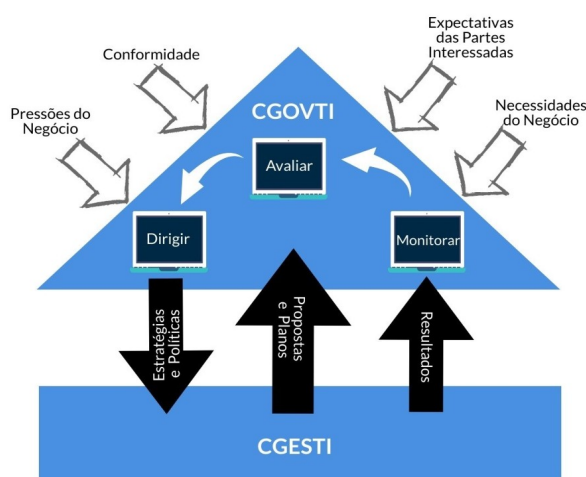
Torna-se evidente, assim, que a importância estratégica da TIC está intrinsecamente ligada à missão do Tribunal de assegurar a legitimidade do processo eleitoral. A utilização eficiente da tecnologia não apenas acelera os procedimentos eleitorais, mas também reforça a salvaguarda dos dados dos eleitores, a prevenção de fraudes e a garantia da transparência das eleições.

3.1 Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

A Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) é orientada e supervisionada por comitês especializados, garantindo alinhamento com os padrões legais e melhores práticas do setor. Essa estrutura se baseia em um modelo de governança corporativa de TIC que busca maximizar o valor gerado para todas as partes interessadas e assegurar a eficácia no uso dos recursos de tecnologia.

As principais entidades responsáveis pela governança e gestão de TIC são o Comitê de Governança de TI (CGovTI) e o Comitê de Gestão de TI (CGesTI). Esses comitês desempenham um papel fundamental na tomada de decisões estratégicas, gerenciamento de riscos, definição de arquitetura e infraestrutura, e na priorização de investimentos em tecnologia. Eles atuam em consonância com os princípios estabelecidos pela norma ABNT NBR ISO/IEC 38500:2015 e pelas diretrizes da Portaria TRE-SE 813/2021.

Modelo de Governança de TI



A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), por sua vez, conduz a execução operacional dessa governança. Ela é encarregada de prover serviços, soluções, suporte e infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, seguindo as diretrizes estabelecidas pelos comitês. Suas atividades são realizadas em conformidade com o regulamento interno do Tribunal e observando as leis e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal de Contas da União (TCU), Governo Federal, além de padrões internacionais em acessibilidade, transparência de dados, segurança cibernética e governança digital.

A colaboração entre os comitês de governança e gestão e a STI assegura que as iniciativas de TIC estejam alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional, ao Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário e à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), conforme

determina a Resolução CNJ 370/2021.

A transparência ativa é uma prioridade nesse modelo de governança. Todos os atos e decisões dos comitês, assim como as realizações da STI, são regularmente publicados no [Portal de Governança de TIC](#) do TRE-SE, garantindo visibilidade e responsabilização perante as partes interessadas.

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O alinhamento estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com a estratégia institucional é fundamental para garantir que as soluções tecnológicas contribuam efetivamente para os objetivos globais da organização.

Nesta seção, exploramos como a TIC pode não apenas suportar, mas também impulsionar os objetivos institucionais, garantindo uma sinergia entre tecnologia e a visão organizacional.

4.1 Missão, Visão e Valores da STI

O Referencial Estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) é definido por sua Missão, Visão e Valores.

A **Missão** é prover soluções tecnológicas eficazes para apoiar o TRE-SE em sua função institucional. A **Visão** é ser reconhecida pela excelência em serviços e soluções de TIC na Justiça Eleitoral. Os **Valores** da STI incluem colaboração, foco em resultados, transparência, inovação e valorização das pessoas.

4.2 Objetivos Estratégicos de TIC que apoiam a visão da organização

Os objetivos estratégicos (macrodesafios) de TIC são os pilares que sustentam a visão da organização, transformando aspirações em realidade tangível. Esta seção concentra-se em definir objetivos claros e mensuráveis para a TIC que estejam em perfeita harmonia com a visão organizacional, garantindo que cada investimento e iniciativa tecnológica seja um passo em direção ao futuro desejado.

Importante destacar que os Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação, detalhados no quadro a seguir, foram definidos com base na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD 2021-2026) e no Plano Estratégico do TRE-SE:

Código	Objetivo Estratégico	Significado
OE1	Fomentar uma cultura centrada no usuário	Visa elevar a qualidade dos serviços oferecidos pelo Tribunal, tanto em atendimentos presenciais quanto virtuais, focando na otimização da experiência do usuário. Isso inclui aperfeiçoar processos, investir em treinamento de equipe para um atendimento mais eficiente e empático.
OE2	Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras	Envolve a introdução de tecnologias digitais avançadas para aumentar a produtividade, aprimorar a experiência do cliente, reduzir custos e eliminar desperdícios, alinhando-se com as necessidades em evolução das partes interessadas.

Código	Objetivo Estratégico	Significado
OE3	Promover a melhoria contínua da equipe da STI	Concentra-se no aperfeiçoamento constante das habilidades e competências da equipe de TIC, incluindo educação, qualificação técnica, experiência e desenvolvimento de habilidades comportamentais.
OE4	Fomentar a busca conjunta por soluções	Visa a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos entre órgãos do Poder Judiciário para economizar recursos e aumentar a eficiência no desenvolvimento de soluções de TIC.
OE5	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Foca no fortalecimento das práticas de governança e gestão de TIC, seguindo normas estabelecidas, boas práticas, legislação vigente e recomendações de órgãos de controle.
OE6	Aprimorar as aquisições e contratações de soluções de TIC	Destina-se a melhorar o planejamento e a execução de aquisições de TIC, em conformidade com a Resolução CNJ Nº 486/2022 e regulamentações pertinentes.
OE7	Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados	Busca garantir a segurança, a integridade e a disponibilidade das informações e aprimorar os processos de gestão e transparência dos dados relevantes para o TRE-SE.
OE8	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades a um custo aceitável	Visa desenvolver soluções de TIC que entreguem valor às partes interessadas, mantendo um equilíbrio entre risco e uso eficiente dos recursos.

Quadro 1: Objetivos estratégicos de TIC

4.3 Mapa Estratégico de TIC

O mapa estratégico, apresentado no [Anexo II](#) deste Plano Diretor, ilustra visualmente como os objetivos estratégicos de TIC estão alinhados com as perspectivas do Balanced Scorecard.

O Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia de gestão estratégica que utiliza diferentes perspectivas para proporcionar uma visão equilibrada do desempenho organizacional.

O mapa estratégico de TIC do TRE de Sergipe é composto por três categorias principais que refletem as perspectivas da metodologia:

Partes Interessadas – Esta perspectiva abrange o compromisso com a satisfação e o engajamento das partes interessadas, refletido no objetivo estratégico de cultivar uma cultura centrada no usuário. Isso demonstra a prioridade dada à experiência e às necessidades dos usuários de sistemas e soluções informatizadas.

Processos Internos – Dentro desta perspectiva, os objetivos estratégicos são focados em melhorar a eficiência e eficácia dos processos internos da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).

Aprendizado e Crescimento – Esta categoria refere-se à capacitação e ao desenvolvimento contínuo dos colaboradores e dos processos organizacionais.

4.4 Integração dos Objetivos de TIC com as Estratégias Institucionais e Nacionais

O alinhamento estratégico entre os objetivos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e as diretrizes mais amplas estabelecidas pela Estratégia Nacional de TIC do Judiciário e pelas políticas institucionais do próprio TRE-SE é o foco central desta unidade.

Este alinhamento é essencial para assegurar que as iniciativas de TIC não só atendam às necessidades imediatas, mas também estejam em harmonia com os objetivos de longo prazo e estratégias gerais do Judiciário.

ENTIC-JUD	TRE-SE	PDTIC
Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	Fomentar uma cultura centrada no usuário
Promover a Transformação Digital	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras
Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Promover a melhoria contínua da equipe da STI
Buscar a Inovação de Forma Colaborativa	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Fomentar a busca conjunta por soluções
Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC
Aprimorar as Aquisições e Contratações	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Aprimorar as Aquisições e Contratações de Soluções de TIC
Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades, a um custo aceitável

Quadro 2: Alinhamento entre os planos estratégicos

5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

O diagnóstico da situação atual é um passo crítico na construção do PDTIC, pois fornece o conhecimento necessário para planejar, priorizar e executar ações que levarão a melhorias significativas na infraestrutura e nos serviços de TI, alinhados aos objetivos da organização.

Além disso, auxilia na identificação das áreas que requerem ação prioritária, na alocação eficiente de recursos, na identificação de lacunas (gaps) entre a situação atual e a situação desejada em termos de TI, servindo de linha de base a partir da qual o progresso pode ser medido.

5.1 Expectativas das Partes Interessadas

Conforme preconizado pelo Modelo Corporativo para Governança e Gestão de TI da


Organização, COBIT 5, é essencial reconhecer que as organizações existem primordialmente para criar valor para suas partes interessadas.

Nesse contexto, identificamos os atores-chave que, em diversos graus, influenciam ou são impactados pelas decisões relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal. A compreensão de suas expectativas é fundamental para orientar nossas ações no campo da TIC.

EXPECTATIVAS INTERNAS	
Parte Interessada	Principais Expectativas
Secretário de TIC	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequação da estrutura organizacional da Secretaria. ✓ Alocação adequada de recursos financeiros, humanos e materiais para atender às demandas do negócio. ✓ Controle eficaz dos custos relacionados às TIC. ✓ Motivação e comprometimento das equipes com os objetivos estabelecidos. ✓ Desenvolvimento e manutenção das habilidades e conhecimentos necessários para a prestação de serviços de alta qualidade.
Coordenadores Chefes de Seção Servidores da STI Terceirizados da STI	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alocação adequada de recursos financeiros, humanos e materiais para atender às demandas do negócio. ✓ Motivação e comprometimento das equipes com os objetivos estabelecidos. ✓ Desenvolvimento e manutenção das habilidades e conhecimentos necessários para a prestação de serviços de alta qualidade.

Quadro 3: Expectativas das partes interessadas internas.

EXPECTATIVAS EXTERNAS	
Parte Interessada	Principais Expectativas
Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Tribunal de Contas da União (TCU) Alta Administração do TRE-SE	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação do retorno sobre os recursos investidos em TIC. ✓ Garantia da segurança das informações processadas. ✓ Conformidade com normas e regulamentos aplicáveis. Identificação dos processos críticos da organização que dependem de TI. ✓ Exploração de novas tecnologias para otimizar a eficiência dos serviços. ✓ Gerenciamento adequado dos riscos associados ao uso de TI. ✓ Compreensão das estratégias adotadas para atender às expectativas. ✓ Cumprimento dos prazos acordados e entrega de serviços com a qualidade desejada
Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Gestão Secretários de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Judiciário e Gestão de Pessoas Coordenadores e Chefes de Seção das Secretarias Chefes de Cartórios das Zonas Eleitorais;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação do valor gerado pelos investimentos em TIC. ✓ Garantia da segurança e integridade das informações confiadas ao TRE-SE. ✓ Observância das normas e regulamentos para assegurar a conformidade. ✓ Compreensão dos processos de TI críticos que afetam diretamente suas operações. ✓ Exploração de oportunidades de inovação tecnológica para otimizar processos. ✓ Gerenciamento eficaz dos riscos inerentes à utilização de TI.

EXPECTATIVAS EXTERNAS	
Parte Interessada	Principais Expectativas
Servidores das Secretarias e Zonas Eleitorais Terceirizados Fornecedores	 Transparência em relação às estratégias adotadas pela STI para atender as expectativas. Entrega de serviços dentro dos prazos acordados e com níveis de qualidade definidos.

Quadro 4: Expectativas das partes interessadas externas.

5.2 Estrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)

Conforme estabelecido na Resolução TRE-SE nº 41/2023 (Regulamento Interno da Secretaria do TRE-SE), a STI está estruturada da seguinte maneira:

I – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)

II – Coordenadoria de Sistemas Corporativos (COSIS)

a) Seção de Sistemas Judiciais (SEJUD)

b) Seção de Sistemas Eleitorais (SESEL)

c) Seção de Engenharia e Arquitetura de Dados (SEADA)

d) Núcleo de Apoio a Sistemas Corporativos (NAS)

III – Coordenadoria de Infraestrutura (COINF)

a) Seção de Apoio ao Usuário (SEAPU)

b) Seção de Suporte Operacional (SESOP)

c) Seção de Administração de Urnas (SEAUE)

d) Núcleo de Apoio à Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (NAI)

e) Núcleo de Apoio a Contratações de Tecnologia de Informação e Comunicação (NAC)

IV – Assessoria de Planejamento e Gestão (ASPLAN-STI)

V – Assessoria Técnica de Ciência de Dados (ASCID)

VI – Assessoria Técnica de Segurança Cibernética (ASSEC)

5.3 Quantitativo de Recursos Humanos da STI

A tabela a seguir retrata o quantitativo de técnicos especializados, categorizados em três grupos principais: servidores efetivos, colaboradores terceirizados e estagiários.

Setor	Servidores	Terceirizados	Estagiários
STI	1	0	0
COSIS	1	0	0
SEJUD	2	0	0
SESEL	2	0	2

Setor	Servidores	Terceirizados	Estagiários
SEADA	3	0	1
NAS	1	0	0
COINF	1	0	0
SEAPU	2	8	0
SESOP	2	4	1
SEAUE	2	6	1
NAI	1	0	0
NAC	1	3	0
ASPLAN-STI	1	0	0
ASCID	1	0	1
ASSEC	2	1	0
TOTAL	23	22	6
TOTAL GERAL: 51			

Quadro 5: Distribuição de Recursos Humanos por Unidade na STI

5.4 Identificação de desafios, pontos fortes e pontos fracos

A Análise SWOT, sigla em inglês para Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) é uma ferramenta estratégica amplamente empregada na avaliação do ambiente organizacional.

No contexto deste Plano Diretor de TIC, a SWOT visa auxiliar gestores na reflexão sobre aspectos internos e externos. Isso inclui avaliar as capacidades (Forças) e deficiências (Fraquezas) internas, identificar oportunidades externas que podem ser exploradas e ameaças que possam afetar os objetivos organizacionais.

Nesta análise, as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças foram examinadas sob a perspectiva da STI, ou seja, considerando o ambiente de TI do ponto de vista da área de informática.

FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	
Forças	Fraquezas
Presença de profissionais qualificados e capacitados na área de TI.	Falta de um processo eficiente de comunicação e divulgação das iniciativas internas.
Inclinação natural da STI para adotar padrões e modelos de referência reconhecidos no mercado.	Dificuldade na entrega pontual dos projetos e soluções, resultando em atendimento reativo.
Reconhecimento pelas demais áreas do TRE-SE das competências e habilidades da STI.	Deficiência na documentação e formalização dos processos de trabalho.
Disposição para explorar e adotar novas tecnologias e inovações dentro do ambiente de TI.	Quantidade limitada de profissionais capacitados para atendimento das demandas.
Oportunidades	Ameaças
A crescente dependência de Tecnologia da Informação e Comunicação oferece oportunidades para inovação e aprimoramento dos processos	A pressão excessiva dos órgãos de controle pode gerar demandas desalinhadas com a capacidade de execução, resultando em desafios operacionais.

FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	
Forças	Fraquezas
internos.	
A possibilidade de alinhar objetivos e práticas com os órgãos de controle pode resultar em melhorias e conformidade de processos.	A rotatividade de terceirizados pode acarretar na perda de conhecimento e experiência operacional, afetando a continuidade e a qualidade das iniciativas de TIC.
O suporte da alta administração pode fornecer recursos e diretrizes favoráveis para o avanço das iniciativas de TIC.	A falta de compreensão acerca da complexidade da Tecnologia da Informação e Comunicação pode resultar em expectativas irreais e desafios na implementação de soluções.
A crescente disponibilidade de tecnologias inovadoras, como Inteligência Artificial, Automação de Processos, Computação em Nuvem e Internet das Coisas (IoT), oferece à STI a oportunidade de explorar e integrar essas soluções inovadoras para otimizar processos, promover eficiência e melhorar a prestação de serviços.	A falta de ferramentas para a disponibilização de informações estratégicas pode dificultar a tomada de decisões gerenciais eficazes.

Quadro 6: Análise SWOT

5.5 Análise de Recursos, Tecnologias e Capacidades Existentes

5.5.1 Comunicação e Conectividade

No Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), a infraestrutura de comunicação interliga diversas unidades, garantindo eficiência no tráfego de dados. Os links de comunicação são dimensionados para suportar até 80% da capacidade total, assegurando disponibilidade. Além disso, contamos com links de internet redundantes, fornecidos por diferentes operadoras, também operando sob o mesmo limite de capacidade. Essa estrutura visa manter a continuidade do acesso, mesmo em cenários de falha.

5.5.2 Armazenamento de Dados

Para o armazenamento, o TRE-SE emprega uma solução de gerenciamento eficaz, mantendo a utilização líquida abaixo de 80% da capacidade máxima. Essa abordagem garante tanto a integridade dos dados quanto a possibilidade de expansão contínua para acomodar novas informações.

5.5.3 Processamento de Dados

O Tribunal dispõe atualmente de um número adequado de servidores para processamento de dados "on-premise". Esses recursos são gerenciados de forma que a utilização média não ultrapasse 80% de sua capacidade máxima, assegurando a continuidade dos serviços, inclusive em situações de falha, e proporcionando margem para picos de demanda.

5.5.4 Segurança dos Dados

Em termos de segurança, o Tribunal adota uma robusta solução de backup. Mantemos cópias de segurança em um local secundário, distinto do principal,

proporcionando redundância e assegurando a continuidade dos negócios sob circunstâncias adversas.

5.5.5 Data Center

O Data Center do TRE-SE segue rigorosamente os requisitos mínimos de segurança e disponibilidade, conforme normas nacionais e internacionais. Há também uma réplica do Data Center em uma localização segura e distinta, garantindo operacionalidade ininterrupta mesmo diante de imprevistos.

6. AVANÇOS E REALIZAÇÕES DE TIC

Nesta seção, apresentamos um compêndio detalhado dos resultados alcançados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) no ano de 2025. Este registro ilustra como as decisões estratégicas em tecnologia da informação e comunicação estão alinhadas com os objetivos organizacionais, enfatizando a escalabilidade e sustentabilidade das soluções adotadas.

6.1 Desempenho no iGovTIC-JUD

Anualmente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) avalia a maturidade em Tecnologia da Informação e Comunicação das entidades judiciárias, cumprindo o que é determinado pelo artigo 11 da Resolução CNJ nº 370/2021. Essa avaliação é fundamental para entender como as instituições estão se desenvolvendo em áreas críticas de TIC.

Na edição de 2025, O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe manteve o nível de maturidade “Excelência”, alcançando 94,20 pontos no índice geral — resultado que consolida a posição de destaque do tribunal entre os órgãos do Poder Judiciário no aprimoramento da governança e gestão de tecnologia da informação e comunicação.

O TRE-SE ocupou a 20ª posição no ranking nacional, em um universo de 94 órgãos avaliados, e ficou entre os dez primeiros colocados do segmento Eleitoral, demonstrando consistência na aplicação de boas práticas de TIC e aderência aos referenciais de governança estabelecidos pelo CNJ.

No detalhamento por domínios, o tribunal obteve 96,15 pontos no Gerenciamento de Serviços de TIC e 92,00 pontos em Governança e Gestão de TIC, evidenciando o avanço contínuo nos processos de planejamento, monitoramento e entrega de serviços tecnológicos.

Já a avaliação da maturidade de TIC pelas áreas de negócio manteve-se com a nota máxima (10,0), refletindo o alto nível de alinhamento entre as soluções tecnológicas e as necessidades institucionais.

Apesar da leve redução da pontuação geral em relação a 2024 (de 95,16 para 94,20), o tribunal preservou o patamar de excelência, o que demonstra maturidade consolidada e estabilidade na gestão de TIC. Essa manutenção resulta da continuidade de ações estruturantes implementadas ao longo dos últimos ciclos, como o fortalecimento da governança digital, a integração entre planejamento estratégico e tecnológico e a busca por eficiência nos serviços prestados à sociedade.

6.2 Deliberações dos comitês relacionados à TIC

Os comitês de Governança e Gestão de TIC se reuniram regularmente em 2025, sendo que o CGovTI tratou da avaliação, direção e monitoramento global das iniciativas de TIC, assegurando que as estratégias estivessem alinhadas com os objetivos organizacionais e regulamentações vigentes.

O CGesTI, por outro lado, concentrou-se na gestão operacional de TIC, abrangendo o planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das soluções de tecnologia.

As principais deliberações dos comitês estão sintetizadas nos quadros a seguir:

Comitê de Governança de TI (CGovTI)		
Data	Objetivo	Deliberações
09/01	Priorização dos projetos do Portfólio de TI	Foi realizada a leitura dos projetos do portfólio, com exposição dos gestores sobre desafios e necessidades. Em seguida, definiu-se a priorização dos novos projetos.
10/02	Aprovação do Plano Diretor de TIC (PDTIC) 2025–2026	O Comitê aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação referente ao ciclo estratégico 2025–2026.
27/03	Ciência do Relatório de Projetos de TIC – 1º trimestre de 2025	O Comitê tomou ciência do relatório de análise dos projetos de TIC referentes ao primeiro trimestre de 2025, elaborado pela STI em conformidade com a Resolução CNJ nº 370/2021.
07/04	Aprovação do Plano de Trabalho da ENTIC-JUD 2021–2026	O CGovTI aprovou a atualização do Plano de Trabalho da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), com 85% das iniciativas concluídas e sete pendentes até 2026.
05/05	Apresentação do Relatório de Monitoramento das Metas dos Técnicos e Gestores de TIC	O Comitê aprovou o Relatório de Monitoramento das Metas dos Técnicos e Gestores de TIC – Exercício 2024, recomendando a manutenção da prática em razão de seus resultados positivos para a governança de TIC.
25/06	Aprovação do Processo de Gerenciamento de Ciclo de Vida do Software	O Comitê tomou ciência das principais atualizações do processo, especialmente quanto às atividades relacionadas ao desenvolvimento seguro de software.
15/07	Prestação de informações sobre segurança cibernética no Tribunal	O Comitê registrou ciência das campanhas de conscientização em segurança cibernética e da implantação de ferramentas de gestão de identidades, controle de acesso e autenticação multifator (MFA).
14/08	Priorização de projetos do Portfólio de TI	Reunião presencial destinada à priorização de novos projetos do portfólio de TI. Mantiveram-se os cancelados e sobrestados da reunião de 09/01/2025. Foram priorizados, entre outros, os projetos Robô JUDiTI 2026, Painéis de Gerenciamento de Processos e Gerenciamento de Terceirizados.
25/09	Ciência sobre ações de valorização e retenção do pessoal de TIC	O Comitê tomou ciência e parabenizou a STI pela criação de mecanismos de valorização de servidores, como o art. 5º da Portaria nº 85/2025 (critérios para designações) e o programa “TIC+ Valor”.
20/10	Ciência de resultados e indicadores de TIC consolidados até setembro de 2025	O Comitê registrou ciência dos resultados apresentados pela STI, destacando o alto índice de

Comitê de Governança de TI (CGovTI)		
Data	Objetivo	Deliberações
		conformidade com a ENTIC-JUD e a execução consistente das ações do Plano de Demandas Internas. Reforçou a necessidade de atualização do painel gerencial com os dados de outubro.
17/11	Aprovação do Plano de Transformação Digital (PTD)	O CGOVTI deliberou pela aprovação do Plano de Transformação Digital (PTD) 2025-2026, condicionada à inclusão da previsão de revisão anual do documento e ao tratamento dos riscos identificados na Matriz de Riscos, especialmente aqueles relacionados às iniciativas previstas para 2026, que deverão ser mitigados em conformidade com a Política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral de Sergipe.

Quadro 7: Principais deliberações do CGovTI

Comitê de Gestão de TI (CGesTI)		
Data	Objetivo	Deliberações
09/01	Avaliar demandas pendentes e andamento de contratações de TIC	O Comitê analisou o status das contratações em curso e deliberou sobre ajustes de cronograma e priorização de entregas.
23/01	Atualização do Plano de Ações de Governança de TIC	Foram revisadas ações de 2024 e incluídas novas iniciativas para 2025, com definição de responsáveis e prazos.
07/02	Acompanhar a execução do PDTIC 2025–2026	A STI apresentou o relatório de execução das metas do PDTIC; o comitê recomendou reforço no controle de indicadores de desempenho.
20/02	Planejamento das capacitações técnicas para 2025	Deliberou-se pela priorização de cursos de segurança da informação, análise de dados e gestão de projetos.
07/03	Avaliação de contratos estratégicos de TIC	O comitê examinou o desempenho dos contratos de outsourcing e suporte técnico, recomendando revisões contratuais.
21/03	Monitoramento do Plano de Contratações de TIC (PCSTIC) 2025	O CGESTI tomou ciência do andamento das contratações planejadas e aprovou ajustes de cronograma.
04/04	Avaliação das ações de segurança da informação	O comitê analisou a execução do Plano de Segurança e as recomendações de auditoria interna, aprovando medidas corretivas.
18/04	Atualização sobre projetos estratégicos em desenvolvimento	O comitê tomou ciência do progresso dos projetos do portfólio e reforçou o acompanhamento junto às áreas demandantes.
09/05	Revisão das metas de desempenho de TIC 2025	Foram ajustadas metas e indicadores da STI para o exercício corrente.
23/05	Análise do relatório do 1º trimestre de TIC	O comitê tomou ciência dos resultados do 1º trimestre e recomendou medidas de otimização de recursos.
06/06	Avaliação do andamento do PCSTIC	O CGESTI analisou as contratações em execução, destacando economia obtida em licitações recentes.
20/06	Discussão sobre gestão de riscos de TIC	O comitê revisou o mapa de riscos de TIC e aprovou o plano de mitigação atualizado.
04/07	Monitoramento dos projetos de	A STI apresentou o progresso dos projetos digitais; o

Comitê de Gestão de TI (CGesTI)		
Data	Objetivo	Deliberações
	transformação digital	comitê reforçou a integração entre as áreas envolvidas.
18/07	Acompanhamento das ações de continuidade de serviços	O comitê avaliou o plano de continuidade e testou cenários de contingência de infraestrutura.
08/08	Revisão das metas intermediárias de TIC	Foram discutidos os resultados parciais do semestre e ajustadas as metas de desempenho.
22/08	Avaliação do desempenho contratual de fornecedores	O comitê analisou relatórios de avaliação de fornecedores e deliberou sobre eventuais sanções e renovações.
05/09	Análise dos indicadores de TIC – 3º trimestre	O CGESTI tomou ciência dos resultados até agosto e recomendou priorizar ações de segurança e automação.
19/09	Acompanhamento do plano de demandas internas	O comitê revisou o status das demandas internas e validou a nova sistemática de controle de prazos.
03/10	Apreciação de relatório consolidado de TIC	O CGESTI registrou ciência do relatório consolidado de resultados de TIC até setembro.
17/10	Avaliação final das ações de 2025 e planejamento para 2026	O comitê realizou balanço das iniciativas do ano e definiu diretrizes preliminares para o exercício seguinte.
10/11	Apresentação da Minuta do Relatório iGovTIC-JUD 2025	O Comitê tomou ciência da minuta do relatório, que manteve o TRE-SE no nível “Excelência”. Foram discutidas pendências pontuais (PSI/TSE, IA, pessoal e nuvem) e aprovadas as propostas de aprimoramento. Deliberou-se pela apresentação das ações de ética em IA ao CRGIA, pelo acompanhamento periódico das medidas e pelo envio do relatório ao CGovTI para ciência.

Quadro 8: Principais deliberações do CGesTI

6.3 Iniciativas relevantes

O quadro a seguir enfatiza algumas inovações e melhorias implementadas em 2025, categorizadas de acordo com os Macrodesafios institucionais. Cada iniciativa é acompanhada pelos benefícios tangíveis que proporcionou, refletindo nosso compromisso contínuo com a eficiência, a transparência e a melhoria dos serviços jurisdicionais.

Macrodesafios	Principais iniciativas	Benefícios
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	1. Evolução do BI Institucional (Plataforma Sabiá); 2. Desenvolvimento do robô Theo para apoio às sessões plenárias.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior velocidade e precisão no fornecimento de informações gerenciais, apoiando decisões estratégicas e operacionais; ✓ Redução de atividades manuais nas sessões, liberando servidores para tarefas de maior valor agregado; ✓ Otimização do fluxo de trabalho interno e aumento da produtividade institucional.
Promoção da sustentabilidade	Implantação da solução CKAN para publicação, organização e compartilhamento de dados.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliação da transparência e do acesso a informações institucionais por meio de dados abertos; ✓ Redução de retrabalhos e de duplicidade de bases, promovendo uso mais eficiente dos recursos tecnológicos; ✓ Estímulo à reutilização de dados e ao desenvolvimento de soluções inovadoras com menor consumo de infraestrutura.

Macrodesafios	Principais iniciativas	Benefícios
Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Realização de treinamentos técnicos em diversas frentes (segurança, análise, ferramentas, boas práticas).	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento contínuo das competências técnicas das equipes; ✓ Elevação da maturidade institucional em temas críticos, como segurança da informação e análise de dados; ✓ Fortalecimento da cultura de aprendizado e melhoria do desempenho organizacional
Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	1. Contratação de certificados digitais; 2. Contratação de suporte continuado para infraestrutura de 1º e 2º níveis; 3. Contratação de solução de segurança NAC com microsegmentação; 4. Aquisição de appliances de backup e licenças corporativas (videoconferência e GitLab).	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alocação mais eficiente dos recursos orçamentários, priorizando soluções essenciais à continuidade dos serviços de TIC; ✓ Redução de riscos operacionais e financeiros por meio da contratação estruturada de soluções de segurança e infraestrutura crítica; ✓ Maior previsibilidade de custos e melhoria da gestão contratual, garantindo sustentabilidade financeira das operações tecnológicas; ✓ Otimização da capacidade tecnológica instalada, evitando gastos emergenciais e assegurando melhor planejamento de médio prazo.
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Definição de diretrizes de governança e gestão das soluções de BI.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior padronização e rastreabilidade no uso de soluções analíticas; ✓ Fortalecimento da governança de informação e melhora na qualidade dos dados institucionais; ✓ Apoio a decisões administrativas mais assertivas e alinhadas às necessidades da organização.

Quadro 9: Principais iniciativas

6.4 Resultados alcançados em 2025

Os indicadores de desempenho são indispensáveis no contexto deste PDTIC, pois possibilitam a medição efetiva do progresso em relação aos objetivos estabelecidos, facilitam a tomada de decisões baseadas em dados concretos e auxiliam na alocação adequada de recursos.

Eles também são decisivos para identificar e corrigir problemas rapidamente, além de oferecer uma forma clara e transparente de comunicar o desempenho e os avanços do plano a todos os stakeholders envolvidos.

Os resultados consolidados até outubro de 2025, data de referência para a elaboração deste Plano Diretor de TIC, foram os seguintes:

Objetivo Estratégico					
Código	Objetivo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
OE-1	Fomentar uma cultura centrada no usuário	ITIC-1	Índice de satisfação dos usuários de TIC	Nota >= 80%	99,54%
OE-2	Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras	ITIC-2	Índice de execução do Plano de Transformação Digital (PTD)	Nota >= 70%	9%
OE-3	Promover a melhoria contínua da equipe da STI	ITIC-3	O percentual de execução dos treinamentos de TI registrados no Plano	70%	48%

Objetivo Estratégico					
Código	Objetivo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
			Anual de Capacitação (PAC).		
OE-4	Fomentar a busca conjunta por soluções	ITIC-4	Índice de Iniciativas realizadas em colaboração com outros órgãos do Judiciário	Projeto >= 1	1
OE-5	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	ITIC-5	Índice de avaliação do iGovTIC-JUD	90	94,20
OE-6	Aprimorar as aquisições e contratações de soluções de TIC	ITIC-6	Índice de contratações de TIC realizadas	80%	83,33%
OE-7	Aprimorar a segurança cibernética e a gestão de dados	ITIC-7	Índice de serviços críticos com gestão de riscos	65%	0%
OE-8	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades a um custo aceitável	ITIC-8	Índice de execução do Plano de Demandas Internas (PDI)	70%	41,46%

Quadro 10: Resultados alcançados em 2025

7. MATERIALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE TIC PARA 2026

Para transformar a visão superior em ações efetivas, a estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe é operacionalizada por meio de planos e processos de trabalho estruturados.

Cada iniciativa é projetada para abordar diferentes aspectos da TIC, desde o cumprimento de normativas até o desenvolvimento contínuo de pessoal e a modernização de infraestrutura, formando o caminho pelo qual a estratégia de TIC se manifestará em resultados tangíveis.

7.1 Planos e processos de TIC mais relevantes

I. Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (PTE) – Trata-se de plano de ação destinado ao cumprimento das diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), conforme Resolução CNJ 370/202. É importante mencionar que o PTE foi reformulado em 2025 para se adequar aos requisitos de conformidade estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

II. Plano Anual de Capacitação (PAC) – Define a trajetória de desenvolvimento dos colaboradores do TRE-SE, especificando objetivos, tópicos de treinamento, critérios de seleção, métodos de entrega e o orçamento dedicado à capacitação anual, observado o modelo de gestão por competência. O PAC corporativo é elaborado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), de acordo com os requisitos de capacitação informados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).

III. Plano de Contratação de Soluções de TIC (PCSTIC) – Documento que detalha

as contratações previstas de bens, serviços e soluções de TIC necessárias para atender às demandas institucionais no ciclo operacional seguinte, assegurando planejamento antecipado, racionalidade e alinhamento às necessidades do órgão.

IV. Plano de Transformação Digital (PTD) – Instrumento de planejamento que reúne e detalha as iniciativas de digitalização, automação e modernização de serviços e processos do TRE-SE. Ele estabelece prioridades, etapas, responsáveis e prazos, orientando a execução das ações que compõem a jornada de transformação digital do Tribunal.

V. Processo de Gerenciamento de Continuidade de Serviços – Estabelece protocolos e responsabilidades para assegurar a continuidade operacional dos serviços de TIC, visando reduzir ao mínimo os impactos decorrentes de eventuais interrupções.

VI. Plano de Gestão de Riscos de TIC – Identifica potenciais riscos à segurança dos sistemas e serviços de TIC e recomenda medidas apropriadas para manter os riscos em níveis aceitáveis, promovendo a segurança e a integridade dos ativos de TIC.

VII. Plano de Demandas Internas (PDI) – Consolida projetos e ações destinados à manutenção da infraestrutura de TIC existente e às novas iniciativas que suportarão os processos de negócio fundamentais do Tribunal. O PDI 2024 é apresentado no [Anexo I](#) deste documento.

Esses planos são complementares e interconectados, cada um contribuindo para a realização dos objetivos estratégicos de TIC do TRE-SE, garantindo que a tecnologia não só atenda às necessidades atuais mas também pavimente o caminho para futuras inovações e melhorias.

7.2 Investimentos em tecnologia da informação e comunicação

No quadro abaixo, apresentamos a proposta orçamentária de tecnologia da informação e comunicação para 2026. Os dados refletem o compromisso contínuo da STI em aprimorar e expandir suas capacidades técnicas e operacionais, garantindo eficiência, segurança e inovação em todas as iniciativas.

Despesa Agregada	Objeto	Valor (R\$)
Apoio Técnico e Operacional de TIC	Suporte a Usuários de TIC	R\$ 989.736,00
	Suporte de Infraestrutura de TIC	R\$ 1.028.132,00
	Apoio ao Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas	R\$ 0,01
Armazenamento de Dados	Emissão de Certificados Digitais	R\$ 23.103,00
Comunicação e Redes de Dados	Redes de Comunicação de Dados – Backbone	R\$ 437.688,00
	Comunicação de Dados	R\$ 9.581,00
	Acesso à Internet	R\$ 41.957,00
Equipamentos de TIC	Notebook	R\$ 723.756,00
	Discos para Storage	R\$ 43.924,00

Despesa Agregada	Objeto	Valor (R\$)
	Scanner	R\$ 78.000,00
	Impressoras	R\$ 30.000,00
	Microcomputador	R\$ 27.184,00
	Ativos de Rede	R\$ 13.275,00
	Servidor	R\$ 1.480,00
Locação e Subscrição de Software	Ferramenta de Elaboração de Painéis Gerenciais	R\$ 0,01
	Locação de Softwares	R\$ 507.250,00
Materiais de Consumo de TIC	Materiais de Consumo – TIC	R\$ 11.000,00
	Kit Fotocondutor	R\$ 13.737,00
	Toner para Impressora	R\$ 40.810,00
Manutenção de Equipamentos de TIC	Garantia de Equipamentos	R\$ 64.800,00
TOTAL		R\$ 4.085.413,02

Quadro 11: Proposta orçamentária de TIC 2026

7.3 Metas e indicadores de desempenho

As metas e indicadores de desempenho de TIC para 2025 estão detalhados no [Anexo III](#) deste PDTIC. Eles foram validados pelos comitês de governança e gestão de TI e estão alinhados com os objetivos estratégicos do TRE de Sergipe, garantindo foco na inovação e eficiência operacional.

Servindo como marcos quantitativos, eles orientarão a execução do Plano Diretor de TIC, permitindo-nos medir o progresso, otimizar recursos e alcançar as metas propostas para o próximo ano. Este alinhamento estratégico é essencial para a transformação digital que buscamos, promovendo uma gestão de TIC eficaz e centrada no usuário.

8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Dentre os principais desafios que precisam ser superados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, no contexto da tecnologia da informação e comunicação, destacam-se a necessidade crescente de proteção da infraestrutura de redes para coibir a exposição indevida dos dados corporativos, a adoção de serviços em nuvem de forma segura e econômica e a incorporação de recursos de inteligência artificial nos sistemas e processos de negócio, automatizando tarefas repetitivas, reduzindo custos e eliminando desperdícios.

ANEXO I

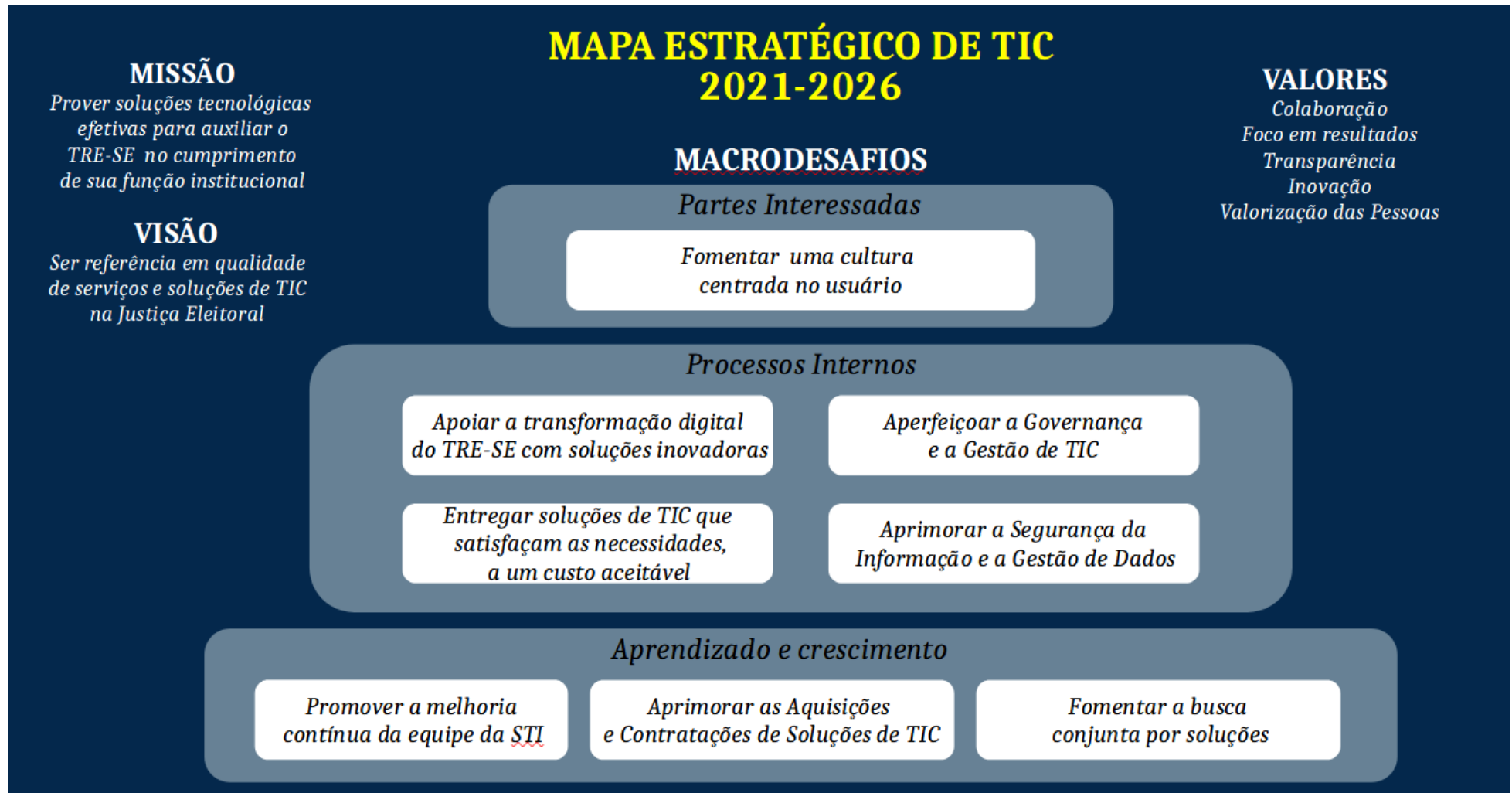
(Plano de Demandas Internas – PDI)

Ação	Descrição	Responsável	Situação	Data Início	Data Fim
1	Configuração e operacionalização de servidor para desenvolvimento e testes internos de modelos de IA	ASCID / SESEL	Aguardando	02/03/26	31/03/26
2	Auxílio à SEASA e SESOP na implantação do sistema SaudeJUS	ASCID / SESOP	Aguardando	02/02/26	27/02/26
3	Atualização do robô de automação de registro de candidaturas (Belém – antes Hórus) de 2026 e implementação de novas funcionalidades	ASCID	Aguardando	02/02/26	30/09/26
4	Definição e implantação de uma prova de conceito de um servidor/cliente MCP para auxílio de atividades administrativas com IA	ASCID	Aguardando	01/09/26	18/12/26
5	Atuação junto ao CRGIA com o objetivo de capacitação de servidores e disseminação de práticas no uso de IA	ASCID	Aguardando	02/02/26	18/12/26
6	Implantação do SIEEM (Gerenciamento de Informações e Eventos de Segurança)	ASSEC	Aguardando	07/01/26	28/02/26
7	Implantação do NAC (Controle de Acesso à Rede)	ASSEC	Aguardando	07/01/26	31/03/26
8	Atualização do PCS (Plano de Continuidade de Serviços)	ASSEC	Aguardando	01/04/26	30/04/26
9	Implantação do Portal de Aplicativos do TRE (no WAF)	ASSEC	Aguardando	07/01/26	31/01/26
10	Revisão do Keycloak (gerenciamento de identidade e acesso)	ASSEC	Aguardando	01/05/26	31/07/26
11	Aprimorar o uso do CIS Controls versão 8	ASSEC	Aguardando	01/05/26	31/12/26
12	Sistema Gestoc - Importação e preparação para 2026	COSIS	Não iniciada	07/01/26	28/02/26
13	Apoio à implantação do Módulo de Gestão Arquivística do SEI	COSIS	Não iniciada	07/01/26	27/02/26
14	Evolução da Solução TTA - Transferência Temporária de Agentes de Segurança Pública	COSIS	Não iniciada	07/01/26	31/03/26
15	Sistema Atena-JUD – Configurações, Atualizações e Utilização para Envio de Arquivos	COSIS	Não iniciada	06/04/25	18/12/26
16	Validador do CNJ – Atualizações	COSIS	Não iniciada	06/04/25	18/12/26
17	Implementação de práticas de segurança em desenvolvimento de software	COSIS	Não iniciada	06/04/25	18/12/26
18	Sustentação do Pré-Eleição visando Eleições 2026	COSIS	Não iniciada	07/01/26	25/10/26
19	Evolução dos Painéis de Monitoramento de Processos	COSIS	Não iniciada	07/01/26	31/03/26
20	Sustentação do DataADM	COSIS	Não iniciada	07/01/26	27/02/26

Ação	Descrição	Responsável	Situação	Data Início	Data Fim
21	Implementação de práticas de segurança e proteção de dados	COSIS	Não iniciada	06/04/25	18/12/26
22	Sustentação do Belém (Hórus) para Eleições 2026, em conjunto com ASCID	COSIS	Não iniciada	07/01/26	30/09/26
23	Sustentação da Plataforma Sabiá (BI Institucional do TRE-SE)	COSIS	Não iniciada	06/04/25	18/12/26
24	Atualização do Keycloak	COSIS	Não iniciada	02/02/26	31/03/26
25	Atualização do sistema CONDIRF do TSE	COSIS	Não iniciada	03/02/26	31/03/26
26	Sustentação do DataELO - Evolução de BI de dados eleitorais e suporte Pré-Eleição	COSIS	Não iniciada	01/04/26	31/07/26
27	Sustentação do Sistema de Frota Eleitoral	COSIS	Não iniciada	06/04/25	30/10/26
28	Sustentação do Robô Theo	COSIS	Não iniciada	06/04/25	30/10/26
29	Evolução dos Painéis de Registro de Candidaturas	COSIS	Não iniciada	06/04/25	25/09/26
30	Sustentação do Sistema de Serviço Extraordinário	COSIS	Não iniciada	04/05/26	25/10/26
31	Adoção do Gitlab Ultimate	COSIS	Não iniciada	01/05/26	30/06/26
32	Sustentação do Sistema de Ocorrências 2024	COSIS	Não iniciada	01/08/26	01/11/26
33	Sustentação do RDCArq	COSIS	Não iniciada	03/11/26	18/12/26
34	Apoio à Contratação de Sustentação de Sistemas	COSIS	Não iniciada	07/01/26	30/06/26
35	Contratação de link dedicado de alta disponibilidade à internet, incluindo instalação, configuração, suporte e manutenção (link 01)	COINF	Para Fazer	12/01/26	01/03/26
36	Contratação de link dedicado de alta disponibilidade à internet, incluindo instalação, configuração, suporte e manutenção (link 02)	COINF	Para Fazer	12/01/26	01/03/26
37	Aquisição de certificados digitais	COINF	Para Fazer	12/01/26	01/03/26
38	Atualização tecnológica por meio da substituição dos monitores pelo padrão de 24" na sede e zonas eleitorais.	COINF	Para Fazer	15/01/26	30/03/26
39	Implantação da solução SAUDEJUS em ambiente de Produção	COINF	Para Fazer	06/04/26	01/12/26
40	Contratação de solução de atendimento omnichannel para demandas internas do Tribunal.	COINF	Para Fazer	06/04/26	01/12/26
41	Realização de diagnóstico de cabeamento estruturado (sede e zonas).	COINF	Para Fazer	06/04/26	19/12/26
42	Estudo de soluções de virtualização para subsidiar a renovação ou substituição do ambiente de hiperconvergência (HCI)	COINF	Para Fazer	01/05/26	19/12/26
43	Aquisição de equipamentos de informática (notebooks e desktops de diferentes perfis	COINF	Para Fazer	01/05/26	01/07/26

Ação	Descrição	Responsável	Situação	Data Início	Data Fim
	de desempenho)				
44	Aquisição de Software de Videoconferência	COINF	Para Fazer	01/06/26	01/07/26
45	Aquisição de licenças de softwares de design gráfico, incluindo atualização e suporte.	COINF	Para Fazer	01/06/26	01/07/26
46	Aquisição de licença da solução GOVPLAN.	COINF	Para Fazer	01/09/26	01/11/26
47	Migração de sistema operacional dos servidores.	COINF	Para Fazer	06/04/26	30/06/26

ANEXO II



ANEXO III

METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO						
Objetivo Estratégico	Indicador	O que Mede	Quando Medir	Como Medir	Meta 2026	Responsável
OE1 - Fomentar uma cultura centrada no usuário	ITIC1 – Índice de satisfação dos usuários de TIC	A satisfação dos usuários internos com os serviços prestados pela STI.	Mensalmente	O grau de satisfação dos usuários será aferido por meio de formulário disponibilizado pela Central de Serviços de TI. O índice será calculado com base na soma dos percentuais das notas 4 e 5, considerando uma escala avaliativa que varia de 1 até 5.	Maior ou igual a 85%	COINF/SEAPU
OE2 - Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras	ITIC2 – Índice de execução das ações do PTD	O percentual de conclusão das iniciativas do Plano de Transformação Digital (PTD) que demandaram o desenvolvimentos de soluções de TIC.	Mensalmente	(Nº de iniciativas concluídas / Total de Iniciativas do PTD no período) * 100 As unidades envolvidas deverão submeter os projetos para aprovação e priorização no Portfólio de TIC e posterior inclusão no Plano de Demandas Internas (PDI).	Maior ou igual a 70%	COSIS
OE3 – Promover a melhoria contínua da equipe da STI	ITIC3 – Índice de execução do PAC	O percentual de conclusão dos treinamentos de TI registrados no Plano Anual de Capacitação (PAC).	Anualmente	(Nº de capacitações concluídas / Total de capacitações TIC incluídas no PAC) * 100. O índice será calculado com base no relatório emitido pela Seção de Desenvolvimento de Competências (SECAP) no final do ano.	Maior ou igual a 70%	STI
OE4 – Fomentar a busca conjunta por soluções	ITIC4 – Índice de Iniciativas realizadas em colaboração com outros órgãos do Judiciário	A participação do TRE-SE em projetos desenvolvidos em conjunto com outros órgãos do Poder Judiciário.	Mensalmente	Realizar, pelo menos, uma parceria com outro órgão do Judiciário para execução de projeto conjunto.	Maior ou igual a 1	STI
OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	ITIC5 – Índice de avaliação do iGovTIC-JUD	A pontuação obtida pelo TRE-SE na avaliação anual de gestão e governança de TIC promovida pelo CNJ.	Anualmente	O indicador será calculado de acordo com critérios estabelecidos pelo CNJ. O resultado será obtido via consulta ao Painel do iGovTIC-JUD do Poder Judiciário.	Maior ou igual a 90	STI
OE6 – Aprimorar as aquisições e contratações de soluções de TIC	ITIC6 – Índice de contratações de TIC realizadas	O percentual de execução das contratações previstas no PCSTIC.	Mensalmente	(Nº de contratações de TIC concluídas / Total de contratações de TIC do PCSTIC) * 100. As contratações planejadas que não forem executadas por motivos alheios à vontade da STI (recursos insuficientes; desistência pela unidade demandante; licitação deserta ou fracassada, etc.) serão excluídas do cômputo do indicador.	70%	COINF/NAC
OE7 – Aprimorar a segurança cibernética e a gestão de dados	ITIC7 – Índice de serviços críticos com gestão de riscos	A evolução das avaliações de riscos dos serviços críticos no período.	Mensalmente	(Nº de aplicações críticas que tiveram os riscos avaliados / Total de aplicações planejadas para avaliação no período) * 100	65%	ASSEC
OE8 – Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades a um custo aceitável	ITIC8 – Índice de execução do Plano de Demandas Internas (PDI)	O percentual de conclusão das ações do PDI no período.	Mensalmente	(Nº de ações concluídas / Total de ações do PDI) * 100	70%	STI